

Em primeiro lugar a JORNAL DA TARDE carreira profissional

O indigente quadro de opções que está sendo oferecido ao eleitor paulistano para que ele escolha o futuro prefeito da cidade e a rasteira que a maioria da Assembléia Nacional Constituinte passou no princípio dos dois turnos para a eleição municipal deste ano são dois exemplos perfeitos e acabados do vírus do fisiologismo que impera na vida pública brasileira e está corroendo, irremediavelmente, o organismo político nacional. Nos dois casos, mais uma vez, temos a comprovação daquilo que todo brasileiro minimamente informado já está cansado de saber: os políticos, no Brasil — com as honrosas exceções de praxe —, só pensam na sua carreira pessoal e profissional; os interesses da coletividade, o aperfeiçoamento dos procedimentos administrativos e eleitorais, a consolidação do regime democrático no País, são questões que não contam para nossos pretensos “homens públicos”, porque, salvo as exceções, eles não possuem espírito público. Se suas ambições coincidirem com as aspirações nacionais, ótimo: se não, dane-se o País. Este é o lema que preside a vida política brasileira deste final de século XX, o que prova que o desenvolvimento econômico que marcou as últimas quatro décadas de nossa história não foi acompanhado por qualquer desenvolvimento político.

Chega a ser inacreditável o que está acontecendo aqui na capital paulista na disputa pelo lugar agora ocupado pelo sr. Jânio Quadros. O município de São Paulo é a terceira economia da América Latina, só superada pela economia brasileira e pela do Estado de São Paulo. É uma das maiores cidades do mundo, um centro cultural e econômico que rivaliza com as grandes cidades da Europa, dos Estados Unidos e do Japão. Ao mesmo tempo, é uma cidade que ainda abriga grandes bolsões de pobreza e se debate com extraordinários problemas urbanos, comuns a esta parte do mundo em que vivemos e que foram ampliados terrivelmente pela nuvem de “prefeitos-gafanhotos” que quase a destruíram nos últimos anos, com exceção de Faria Lima, Figueiredo Ferraz e Olavo Setúbal e, agora, em menor escala, do sr. Jânio Quadros. São Paulo é, numa mesma dimensão de espaço e tempo, Chicago e Calcutá, Genebra e Luanda.

Que desafio maior poderia querer um verdadeiro homem público, um cidadão com estofado de estadista, do que administrar uma cidade como esta? No passado, o cargo de prefeito da capital paulista foi cobiçado por todos os políticos de importância do Estado. E todos os que trabalharam com afinco e seriedade no cargo conseguiram projeção nacional a partir do que fizeram aqui. O sr. Jânio Quadros é o exemplo mais típico: começou sua primeira arrancada para a Presidência da República a partir de uma administração audaciosa na prefeitura e está novamente na primeira linha do cenário político simplesmente porque conseguiu ser um prefeito um pouquinho menos medíocre do que seus antecessores.

E, no entanto, não há ninguém que queira verdadeiramente governar São Paulo neste momento, nem os principais candidatos já lançados nem os nomes mais em evidência na política local. O sr. Paulo Maluf aceitou concorrer, meio a contragosto, porque sabe que essa é a sua única — e última chance — de recomençar a briga para chegar à Presidência da República; por isso, apesar de todas as juras que faz, Maluf certamente deixará a prefeitura, caso venha a ser eleito, para concorrer logo no ano que vem ao Palácio do Planalto. Lúiza Erundina tem perfeita noção de que sua função neste pleito é a de ampliar as bases eleitorais de seu partido para engordar as chances da candidatura de Lula à sucessão do sr. Sarney. João Leiva é apenas uma peça no jogo eleitoral do governador Quéricia, que precisa evitar que o Ibrapuera caia nas mãos de seus adversários na luta presidencial. Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso e outros expoentes dos tucanos estão fugindo desesperadamente do que no PSDB está sendo considerado um ônus. Estão todos de olho na cadeira do presidente Sarney ou em alguma coisa mais alta e certamente mais lucrativa do que o posto do sr. Jânio Quadros. As agruras do povo de São Paulo — que é também uma fábrica de neuróticos — são coisas menores para eles.

O mordaz jornalista norte-americano Henry Louis Mencken, em seu *O livro dos insultos*, recentemente lançado no Brasil, tem uma frase que define perfeitamente esse comportamento dos políticos paulistas, que não difere em nada do de seus colegas do resto do País: “Todo governo é composto de vagabundos que, por um acidente jurídico, adquiriram o duvidoso direito de embolsar uma parte dos ganhos de seus semelhantes”.

O episódio da eliminação da exigência dos dois turnos nas eleições deste ano para as cidades com mais de 200 mil eleitores é uma outra face dessa mesma moeda política nacional. A eleição em dois turnos é o que pode haver de mais democrático, é um aperfeiçoamento do sistema eleitoral, porque permite aferir mais precisamente a vontade popular e evita a eleição de candidatos que não têm o apoio da maioria dos eleitores, como comumente acontece nos sistemas pluripartidários com eleições de um turno só. Podemos pegar o caso de São Paulo como exemplo: como há pelo menos seis candidatos em condições de receber votos de fatias consideráveis do eleitorado (no mínimo 5% dos votantes) e pelo menos três disputando o primeiro lugar, certamente o vencedor não deverá ter mais de 30, 35% dos votos. E sem o segundo turno, no qual concorreriam os dois mais votados no primeiro turno, ele estará eleito contra a vontade da maioria da população, que terá optado por seus adversários. Esse esquema de turno único facilita a vida dos caudilhos, dos fisiológicos, dos populistas e dos que fazem grandes investimentos financeiros nas eleições. Todos esses comportamentos são distorções de um sistema eleitoral democrático e levam à falsificação da vontade popular. Tanto que trabalharam unidos para derrubar os dois turnos figuras tão diversas quanto Leonel Brizola e Paulo Maluf, Newton Cardoso e Marco Maciel.

Os próprios constituintes que eliminaram os dois turnos este ano reconhecem a sua importância: eles mantiveram o princípio da votação em dois escrutínios para as próximas eleições, a partir de 1989. Agora, no entanto, o que influenciou a decisão de terça-feira da Constituinte foi a conveniência dos candidatos e de seus padrinhos, baseada simplesmente nas condições eleitorais de cada um no dia 15 de novembro próximo. A motivação do voto contra os dois turnos foi a aritmética eleitoral.

Foi essa aritmética, aliás, que presidiu praticamente todas as votações na Assembléia Nacional Constituinte, que funcionou desde o início como um autêntico comércio político.

São coisas como essas que justificam o misto de vergonha e desencanto que é a marca mais visível do estado de espírito do brasileiro hoje.

O mais grave, nisso tudo, é que se vai disseminando entre nós a idéia de que não temos competência para construir uma democracia.